



VIOLÊNCIA

Diplomata baleada em área nobre paulistana

Vice-cônsul é atingida em troca de tiros entre policial e bandidos. No Rio de Janeiro, corpo de norte-americano é identificado

» IAGO MAC CORD*

Enquanto o governo federal discute a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública (leia matéria abaixo), as maiores cidades do país registram crimes marcados pela violência. Na manhã de ontem, a vice-cônsul da Colômbia foi atingida por uma bala perdida no bairro de Jardins — região nobre de São Paulo —, após um policial de folga presenciar e intervir em uma tentativa de assalto a um táxi.

Claudia Ortiz Vaca passava pela avenida Nove de Julho quando foi atingida, a cerca de dois quilômetros do Consulado colombiano de São Paulo. A agência consular informou, em nota, que a cônsul passou por cirurgia e tinha quadro estável. O Ministério de Relações Exteriores da Colômbia vai acompanhar a situação da diplomata.

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) do estado de São Paulo informou que o caso aconteceu após uma mulher de 43 anos, que estava dentro de um táxi e não teve sua identidade revelada pela pasta, sofrer uma tentativa de assalto. No caso, dois homens quebraram o vidro do veículo e tentaram tomar o celular da passageira.

Ainda segundo a Secretaria, um policial militar de folga se encontrava em outro carro de aplicativo e interveio na situação “ao perceber que um dos criminosos levou a mão à cintura”, efetuando os primeiros disparos. Em seguida, Claudia estava perto do local e foi baleada, mas a SSP não informou se o projétil que a atingiu foi disparado pelo policial ou pelo criminoso armado.

“Ela recebeu socorro e foi encaminhada ao hospital. Posteriormente, o suspeito foi abordado por policiais militares na Rua Manoel Dutra, enquanto tentava fugir em um veículo. O carro utilizado na fuga, um celular e uma quantia em dinheiro foram apreendidos”, complementou a pasta.

A ocorrência foi registrada no 78º Distrito Policial como lesão corporal decorrente de intervenção policial, disparo de arma de fogo e tentativa de roubo. A SSP informou, ainda, que a arma do policial foi apreendida para perícia. “A Polícia Militar acompanha



Ela recebeu socorro e foi encaminhada ao hospital. Posteriormente, o suspeito foi abordado por policiais militares enquanto tentava fugir em um veículo. O carro utilizado na fuga, um celular e uma quantia em dinheiro foram apreendidos”

Nota da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

os desdobramentos da investigação conduzida pela Polícia Civil. As buscas prosseguem para identificar e prender o outro envolvido”.

Morto no Rio

Poucas horas mais tarde, no Rio de Janeiro, o norte-americano Sam Louis Blinder, de 34 anos, foi identificado no Instituto Médico Legal de Duque de Caxias. Ele estava desaparecido desde o dia 8. Sam Blinder veio ao Brasil para visitar sua avó, em Sorocaba, no interior de São Paulo. Decidiu ir à capital carioca para curtir o Carnaval.

Na última vez que o turista foi visto, ele estava no bairro do Vidigal, na Zona Sul do Rio. Ele teria enviado uma mensagem a um amigo dizendo que procurava por um carro de aplicativo para voltar ao hotel onde estava hospedado. Após isso, não deu mais notícias.

A Polícia Civil do estado informou que, na noite do dia 8, o norte-americano foi atropelado na Rodovia Washington Luis. A prefeitura de Duque de Caxias, por sua vez, relatou que ele deu entrada no Hospital Adão Pereira Nunes em estado gravíssimo e morreu na manhã do dia seguinte. O caso é investigado pela Delegacia de Atendimento ao Turista (Deat).

Reprodução/USCPlay



Vice-cônsul colombiana Claudia Ortiz Vaca: segundo informações oficiais, a diplomata foi submetida a cirurgia e seguia estável

Governo finaliza PEC da Segurança

» MAYARA SOUTO

Finalizada na noite de quinta-feira pelo governo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública será enviada para a reunião de base na próxima semana. A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, tem como missão encontrar o momento mais “oportuno” para enviar o texto à casa, sob pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Nós, antes de enviarmos a proposta, vamos fazer uma reunião com os líderes da base, junto com os presidentes das Casas (Câmara e Senado), para apresentá-la e também para avaliar o melhor momento de enviar a PEC formalmente. Acho que não

vai ter problema quanto a isso. Vários líderes têm cobrado do governo um posicionamento nesse sentido e o envio da proposta. Eles querem fazer o debate da segurança pública. Eu penso que nós vamos ter um clima no Congresso propício a isso”, avaliou a ministra da SRI, Gleisi Hoffmann, na última quinta-feira.

A PEC da Segurança Pública altera os artigos 21, 22, 23 e 24 da Constituição Federal, que determinam as competências da União, estados, Distrito Federal e municípios nos aparatos de segurança, além de alterar o artigo 144, sobre os órgãos que cuidam da segurança no país.

O objetivo do projeto do Ministério da Justiça é efetivar o Sistema Único de Segurança Pública

(Susp), que já existe pela Lei nº 13.675, desde 2018. Com isso, será incorporado também na Constituição o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário, que atualmente estão estabelecidos em leis próprias.

“Essa PEC pretende, em linhas gerais, criar um ‘SUS’ da Segurança Pública, que estará na Constituição da República do Brasil, com recursos próprios e integrando todas as forças policiais do Brasil para combater a criminalidade organizada”, resumiu o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski.

Na prática, o texto aumenta as atribuições da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que passam a se chamar Polícia Viária Federal,

abrangendo o patrulhamento das rodovias, ferrovias e hidrovias federais.

A medida também inclui as guardas municipais como aparatos de segurança que podem realizar policiamento urbano, ostensivo e comunitário em vias públicas, o que não era permitido até então — esse entendimento atende ao que foi decidido pelo STF no final de fevereiro.

Durante a elaboração, a PEC da Segurança motivou críticas dos governadores. Líderes como Ronaldo Caiado (Goiás) afirmaram que a medida prejudica a prerrogativa dos governadores de definir políticas de segurança pública nos estados. Há risco de a PEC enfrentar resistências no Congresso Nacional.

MEIO AMBIENTE

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Brigadista observa área devastada por queimada no Pantanal: reforço

Dino homologa plano contra incêndios

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou três planos apresentados pela Advocacia-Geral da União (AGU) sobre combate a incêndios na Amazônia e no Pantanal. O magistrado, no entanto, pediu ao Executivo um complemento das propostas, a ser entregue em até 20 dias.

A decisão foi proferida na última quinta-feira, durante uma audiência de conciliação para a apresentação de planos contra as queimadas nos biomas. Participaram da reunião representantes do governo federal, dos estados, da Procuradoria-Geral da República (PGR) e de partidos, bem como o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin.

O plano homologado detalha ações emergenciais de prevenção e combate ao fogo, medidas de fortalecimento institucional, integração de dados e aperfeiçoamento dos sistemas federais de gestão ambiental e territorial.

Flávio Dino determinou que o governo federal complemente as propostas com o detalhamento do custeio para a execução das ações, além da inclusão de medidas de apoio logístico para a prevenção e o combate a incêndios nas áreas de responsabilidade do Estado e a apresentação de relatórios bimestrais de acompanhamento. A exigência do ministro do STF tem o objetivo de “aproximar as políticas públicas discricionárias daquilo que a Constituição e o Supremo determinaram”.

O magistrado também determinou que, a partir de abril, os

estados da Amazônia Legal e do Pantanal devem criar uma “sala de situação” para monitorar os incêndios, além de informar quais medidas estão sendo tomadas para combater e prevenir as queimadas.

Desde junho do ano passado, o STF iniciou o acompanhamento sobre os incêndios florestais, devido ao aumento das queimadas na Amazônia e no Pantanal.

No fim de fevereiro, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, decretou estado de emergência em áreas mais suscetíveis a incêndios florestais. A medida prevê a contratação de mais 4,6 mil brigadistas especializados nos biomas brasileiros, um número 25% maior que o do ano passado. A portaria assinada por Marina Silva também autoriza a contratação de agentes indígenas e quilombolas que conheçam o

território e possam contribuir efetivamente com ações preventivas.

A estrutura de prevenção e combate para 2025 contará com 15 helicópteros, 2 aviões de transporte, 10 aviões para o lançamento de água, 340 camionetas operacionais, 199 veículos especializados e 50 embarcações.

Segundo o monitoramento do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), a região com mais risco de secas severas e incêndio é o Pantanal, que abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os dados mais atualizados mostram que 17,2% da área total do Pantanal já foram totalmente afetados, com risco de extinção.

*Estagiários sob a supervisão de Andreia Castro